



## **MERCADO PÚBLICO DE SERVIÇOS INTELECTUAIS**

### **Agência Francesa de Desenvolvimento**

5 Rue Roland BARTHES  
75012 PARIS

### **Assunto:**

**Programa "Viva Bem Joinville" de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Resiliência Territorial e Inclusão Social no município de Joinville, Brasil: Elaboração do Quadro de Gestão Ambiental e Social (CGES) e do Quadro de Política de Reassentamento (CPR) e treinamento sobre normas ambientais e sociais do Banco Mundial**

### **Prazo para apresentação de propostas**

Data: 17/09/2025

Hora: 16:00 (horário de Paris)

### **Regras de consulta**

# Sumário

<b>1. Objeto do contrato.....</b>	<b>3</b>
1.1 Forma do mercado.....	3
1.2 Duração do contrato - Renovação - Prazos de execução.....	3
1.3 Contratos de prestação de serviços similares .....	3
<b>2. Organização da consulta .....</b>	<b>3</b>
2.1 Procedimento de contratação .....	3
2.2 Justificação em caso de não lotação.....	3
2.3 Disposições relativas aos agrupamentos .....	4
2.4 Variantes livres .....	4
2.5 Variantes impostas.....	4
2.6 Alteração do DCE .....	4
2.7 Prazo de validade das ofertas .....	4
<b>3. Conteúdo do dossiê de consulta.....</b>	<b>4</b>
<b>4. Retirada do dossiê de consulta.....</b>	<b>4</b>
<b>5. Apresentação de candidaturas e ofertas.....</b>	<b>5</b>
5.1 Elementos necessários para a selecção das candidaturas: .....	5
5.2 Elementos necessários para a escolha da oferta .....	6
<b>6. Julgamento das candidaturas, das propostas e adjudicação do contrato. 7</b>	<b>7</b>
6.1 Seleção das candidaturas .....	7
6.2 Julgamento das candidaturas.....	7
6.3 Julgamento das ofertas.....	7
6.4 Adjudicação do contrato.....	8
<b>7. Condições de envio e entrega das candidaturas e ofertas .....</b>	<b>9</b>
<b>8. Informações adicionais .....</b>	<b>10</b>
<b>9. Procedimentos de recurso.....</b>	<b>10</b>
<b>10. Anexo: Quadro de resposta imposto .....</b>	<b>12</b>
<b>11. Anexo: Requisitos para o certificado de assinatura.....</b>	<b>13</b>

## 1. Objeto do contrato

Consulta tem como objetivo: Programa «Viva Bem Joinville" de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Resiliência Territorial e Inclusão Social no município de Joinville, Brasil: **Elaboração do Quadro de Gestão Ambiental e Social (CGES) e do Quadro de Política de Reassentamento (CPR) e treinamento sobre normas ambientais e sociais do Banco Mundial.**

Local de execução: Brasil e a distância.

### 1.1 Forma do mercado

A consulta não é decomposta em lotes. Os serviços resultarão num mercado único. Este contrato também não é objeto de fracionamento em parcelas ou ordens de compra.

### 1.2 Duração do contrato - Renovação - Prazos de execução

A duração do contrato, as modalidades de recondução e os prazos de execução constam do Contrato.

### 1.3 Contratos de prestação de serviços similares

As prestações, objecto da presente consulta, poderão dar lugar a um novo contrato para a realização de prestações semelhantes, Que tenham sido adjudicadas por procedimento por negociação sem anúncio prévio e sem concurso e que serão executadas pelo adjudicatário deste contrato.

## 2. Organização da consulta

### 2.1 Procedimento de contratação

A presente consulta é realizada no respeito das disposições dos artigos R. 2123-1 e R. 2123-5 do Código da Contratação Pública, segundo um procedimento adaptado aberto com negociação eventual, livremente definido pela entidade adjudicante.

A entidade adjudicante analisará as propostas dos candidatos com base nos critérios de selecção das propostas e seleccionará os três candidatos com quem irá negociar.

Nos termos do artigo R. 2144-3 do Código dos Contratos Públicos, a verificação da aptidão para exercer a actividade profissional, da capacidade económica e financeira, técnica e profissional dos candidatos pode ser realizada em qualquer momento do processo e o mais tardar antes da adjudicação do contrato.

No final destas negociações, o BCE escolherá a proposta economicamente mais vantajosa com base nos critérios de selecção das propostas definidos no aviso e/ou no presente regulamento da consulta.

### 2.2 Justificação em caso de não lotação

A devolução em lotes separados é de natureza a restringir a concorrência ou corre o risco de tornar tecnicamente difícil ou financeiramente mais onerosa a execução das prestações.

### 2.3 Disposições relativas aos agrupamentos

O contrato pode ser adjudicado a uma única empresa ou a um agrupamento de empresas.

Possibilidade de apresentar várias propostas para o contrato, agindo simultaneamente como candidatos individuais e membros de um ou mais agrupamentos:

☐ Sim

☒ Não

Ou como membros de vários agrupamentos:

☐ Sim

☒ Não

### 2.4 Variantes livres

Não são permitidas variantes livres.

### 2.5 Variantes impostas

Não há planos para EPS.

### 2.6 Alteração do DCE

A AFD reserva-se o direito de fazer alterações de detalhe no DCE, até 5 dias antes do **prazo final para a entrega das propostas**.

Os proponentes terão então de responder com base no dossiê alterado sem poder apresentar qualquer reclamação sobre o assunto.

Se, durante o exame do dossiê pelos candidatos, a data limite acima mencionada for adiada, a disposição anterior é aplicável em função desta nova data.

### 2.7 Prazo de validade das ofertas

O prazo de validade das propostas é de 210 dias a contar da data limite para apresentação da proposta final.

## 3. Conteúdo do dossiê de consulta

O dossiê de consulta inclui as seguintes peças:

- Este regulamento de consulta.
- A ficha de candidatura
- O Contrato Único (CU) e seus eventuais anexos
- Os Termos de Referência e seus anexos.
- A decomposição do preço global e fixo.

## 4. Retirada do dossiê de consulta

A entidade adjudicante informa os candidatos de que o dossiê de consulta está desmaterializado.

O Dossier de Consulta das Empresas (DCE) pode ser consultado e descarregado gratuitamente no seguinte endereço:

<https://www.marches-publics.gouv.fr/>.

Para poderem descomprimir e ler os documentos disponibilizados pela entidade adjudicante, os operadores económicos deverão dispor de programas informáticos que permitam ler os seguintes formatos:

- Ficheiros comprimidos com o padrão \*.zip (legíveis por Winzip, Quickzip);
- Adobe® Acrobat® \*.pdf (legíveis pelo software Adobe Reader);
- \*.doc ou \*.xls versão 2000-2003 (legível pelo Microsoft Office ou OpenOffice);
- Rich Text Format \*.rtf;
- Se aplicável, o formato DWF (legível por software Autocad, ou visores como Autodesk DWF viewer...).

Ao fazer o download do dossiê de consulta, recomenda-se à empresa que crie uma conta na plataforma de desmaterialização onde introduza nomeadamente o nome da organização proponente, e um endereço de correio eletrónico para a manter informada das eventuais alterações ocorridas no decurso de um processo (adição de um documento ao DCE, envio de uma lista de respostas às perguntas recebidas...).

O candidato é informado de que apenas a cópia do dossiê de consulta na posse da entidade adjudicante é autêntica.

## 5. Apresentação de candidaturas e ofertas

**Os candidatos terão de apresentar as peças abaixo definidas, redigidas em língua francesa.**

### 5.1 Elementos necessários para a seleção das candidaturas:

Cada candidato deverá apresentar o **formulário de candidatura** anexo ao presente documento, ao qual serão anexados os seguintes documentos:

- **Declaração juramentada** que comprova que o candidato não entra em nenhum dos casos mencionados nos artigos L. 2141-1 a L. 2141-5 ou nos artigos L. 2141-7 a L. 2141-10 do Código de Contratação Pública (documento anexo)
- Se for o caso, o(s) documento(s) relativo(s) aos poderes **da pessoa habilitada a comprometer a empresa**
- Em caso de agrupamento, **o documento de habilitação do mandatário assinado** pelos membros do agrupamento
- Em caso de subcontratação, **a declaração de subcontratação (modelo** anexo ao Contrato Único .....
- **Referências de serviços similares: apresentação** de uma lista dos principais serviços prestados nos últimos três anos, indicando o montante, a data e o destinatário público ou privado. As prestações de serviços são comprovadas por atestados do destinatário ou, na sua falta, por uma declaração do operador económico.

O candidato poderá provar a sua capacidade por qualquer outro documento considerado equivalente pela entidade adjudicante se estiver objectivamente na impossibilidade de apresentar uma das informações solicitadas relativas à sua capacidade financeira.

Se, para justificar as suas capacidades, o candidato deseja fazer prevalecer as capacidades profissionais, técnicas e financeiras de outro interveniente qualquer (subcontratante em particular), deverá apresentar os documentos relativos a este interveniente referidos no presente artigo. Deverá igualmente justificar que disporá das capacidades desse interveniente para a execução do contrato mediante um compromisso escrito do interveniente.

**Nos termos do artigo R. 2143-16 do Código dos Contratos Públicos, no âmbito da sua candidatura, os candidatos devem juntar uma tradução em francês aos elementos redigidos numa outra língua.**

Os candidatos são informados de que, em conformidade com as disposições do artigo R. 2143-13 do Código de Contratação Pública, não são obrigados a fornecer documentos comprovativos e meios de prova que o comprador pode obter diretamente através de:

- Um sistema electrónico de disponibilização de informações gerido por um organismo oficial, desde que o acesso ao mesmo seja gratuito e, se for caso disso, que conste no dossiê de candidatura toda a informação necessária para a sua consulta;
- Um espaço de armazenamento digital, desde que no dossiê de candidatura conste toda a informação necessária para a sua consulta e o acesso aos mesmos seja gratuito.

Além disso, em conformidade com as disposições do artigo R. 2143-14 do Código dos Contratos Públicos, os candidatos não são obrigados a fornecer à entidade adjudicadora os documentos comprovativos e meios de prova que já tenham sido transmitidos numa consulta anterior e que permaneçam válidos.

Por último, nos termos do artigo R. 2143-4 do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante aceita que os candidatos apresentem a sua candidatura sob a forma de um documento único de contrato europeu (DGUE) Elaborado de acordo com o modelo estabelecido pelo regulamento da Comissão Europeia que estabelece o formulário-tipo para o documento único de mercado europeu, em substituição da declaração sob compromisso de honra e das informações mencionadas no artigo R. 2143-3.

Os candidatos podem criar ou reutilizar uma versão electrónica do DGUE através de um dos seguintes URLs: <https://ec.europa.eu/tools/espd/> OU <https://dume.chorus-pro.gouv.fr/>

Deve ser precisado que a entidade adjudicante não autoriza os candidatos a limitarem-se a indicar no documento único de contrato europeu que dispõem da aptidão e das capacidades exigidas sem fornecer informações específicas sobre estas.

## **5.2 Elementos necessários para a escolha da oferta**

Para a escolha da oferta, os candidatos devem apresentar os seguintes documentos:

### **•Um Contrato Único (CU)**

O candidato deve também especificar a natureza e o montante dos serviços que pretende subcontratar, bem como a lista de subcontratantes que se propõe apresentar à aprovação e aceitação da entidade adjudicante.

### **•A decomposição do preço global fixo.**

- Uma nota metodológica ou um** documento técnico elaborado com base no modelo apresentado no anexo «Quadro de resposta imposta» ao presente Regulamento da Consulta, em versão francesa ou portuguesa.

Os documentos entregues pela entidade adjudicadora, com excepção de:

- Os listados acima e seus anexos
- O Contrato devidamente preenchido pelo proponente

Não são para ser reinseridos na oferta.

Apenas os documentos na posse da Entidade Adjudicadora são válidos. Incluindo o Contrato se

quaisquer alterações - além das necessárias para o seu preenchimento - foram feitas pelo Proponente.

Os candidatos devem lembrar que a assinatura do contrato significa aceitação de todos os documentos contratuais.

## 6. Julgamento das candidaturas, das propostas e adjudicação do contrato

### 6.1 Seleção das candidaturas

Os critérios de candidatura e de intervenção para a seleção são as capacidades técnicas, **financeiras e profissionais**.

### 6.2 Julgamento das candidaturas

A AFD reserva-se a possibilidade de analisar as ofertas antes das candidaturas. Neste caso, pode limitar a análise dos documentos de candidatura ao único candidato a quem pretende adjudicar o contrato.

Os critérios de elegibilidade são:

- Garantias e capacidades técnicas e financeiras
- Capacidades profissionais

São declaradas inadmissíveis as candidaturas que não apresentem garantias financeiras, técnicas e profissionais suficientes face ao objeto da prestação.

### 6.3 Julgamento das ofertas

Os critérios de avaliação das propostas são ponderados da seguinte forma:

<b>Preço dos serviços:</b> Definição e avaliação do critério: A nota máxima (NM) será atribuída ao candidato que tiver apresentado a proposta financeira mais baixa. Os outros candidatos terão uma nota calculada com base na seguinte fórmula: $N = NM \times (ODM/OAN)$ onde N é a nota do candidato, OMD o montante da oferta mais baixa, OAN o montante da oferta a ser anotado.	20/100
<b>Qualidade da metodologia:</b> Definição e avaliação do critério: -Reflexão sobre as principais atividades do mercado e recomendações para a boa realização da missão - Relevância da metodologia e abordagem proposta para o trabalho do contrato,para a implementação - Calendário, cronograma e duração das atividades do mercado - Organização e divisão de trabalho dentro da equipe	25/100
<b>Qualidade da equipa:</b>	50/100

Definição e avaliação do critério: Demonstração das competências, experiências e conhecimentos da equipa dedicada à realização dos serviços, relevância da experiência e dos CVs seleccionados para a prestação	
<b>Abordagens ambientais e sociais:</b> Definição e avaliação do critério: -Mistura da equipa -Limitação do impacto de carbono da prestação -Política de RSE da empresa,	5/100

As modalidades da negociação são definidas no artigo Procedimento de adjudicação.

A entidade adjudicante rejeitará as propostas inadequadas e procederá à selecção, após uma primeira classificação efectuada com base nos critérios definidos acima, de 3 candidatos que serão eventualmente admitidos a negociar. **Após** eventual negociação com esses candidatos (salvo insuficiência de candidatos), a entidade adjudicante escolherá a proposta economicamente mais vantajosa.

No âmbito destas negociações, os candidatos seleccionados podem ser convidados pela entidade adjudicante quantas vezes forem necessárias e em estritas condições de igualdade, Especificar, completar ou alterar a sua oferta sem que sejam introduzidas alterações substanciais no caderno de especificações.

A AFD reserva-se o direito de organizar várias rondas de negociação com os candidatos seleccionados.

A AFD reserva-se igualmente o direito de adjudicar o contrato com base na oferta inicial, sem negociação.

## 6.4 Adjudicação do contrato

A regulamentação já não obriga o operador económico, que apresente uma proposta isoladamente ou sob a forma de agrupamento, a assinar a sua oferta. No entanto, a assinatura da proposta **do candidato adjudicatário deverá imperativamente ocorrer o mais tardar na adjudicação do contrato.**

Antes da assinatura do contrato pela Autoridade Contratante, e em conformidade com o artigo R2144-7 do Código de Contratação Pública, o adjudicatário (ou todos os membros do grupo adjudicatário, incluindo eventuais subcontratantes) deverá transmitir na ferramenta de recolha dos certificados de fornecedores que a Autoridade Contratante utilizou (ferramenta Provigis) os documentos abaixo solicitados:

- Um documento válido que ateste a matrícula efectiva da estrutura (extracto K-bis ou equivalente);
- Um certificado válido emitido pelas autoridades competentes que ateste que o candidato está em dia com as suas obrigações sociais (URSSAF, RSI, AGESEA, MDA...);
- A lista nominativa dos trabalhadores estrangeiros fora da CE ou destacados, empregados pela estrutura ou, na falta disso, um atestado de não emprego de trabalhadores estrangeiros fora da CE (com data inferior a 6 meses);
- Um certificado fiscal válido emitido pelas autoridades competentes, certificando que o candidato



está em dia com suas obrigações fiscais;

- Um certificado de seguro de responsabilidade civil e/ou profissional válido.

Para cumprir esta última obrigação, o candidato estabelecido em outro estado que a França deve apresentar um certificado emitido pelas administrações e organismos do país de origem. Quando tal certificado não for emitido pelo país em questão, pode ser substituído por uma declaração sob juramento ou, nos Estados onde esse juramento não existe, por uma declaração solene feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou uma organização profissional qualificada do país.

Se não apresentar esses documentos dentro do prazo estipulado, a proposta do candidato vencedor será rejeitada e ele será eliminado.

O candidato a seguir será solicitado para apresentar os certificados e atestados necessários antes da adjudicação do contrato.

## 7. Condições de envio e entrega das candidaturas e ofertas

A transmissão de documentos por via eletrónica só pode ser realizada no seguinte endereço: <https://www.marches-publics.gouv.fr/>.

O fuso horário de referência será (GMT+01:00) Paris, Bruxelas, Copenhague, Madrid.

Cada transmissão será objeto de uma data certa de recepção e de um aviso de recepção eletrónico.

É altamente recomendável iniciar a apresentação de propostas pelo menos 2 horas **antes da DLRO**.

Em caso de problemas, entre em contato com o suporte da plataforma PLACE (<https://www.marches-publics.gouv.fr/>)

Formatos de arquivo aceitos:

Em caso de transmissão de resposta por via electrónica, os documentos fornecidos devem estar em um dos seguintes formatos, sob pena de inadmissibilidade da oferta:

- Formato de escritório proprietário compatível com a versão 2003 da Microsoft (.doc, .xls e .ppt),
- Formato de texto universal (.rtf),
- Formato PDF (.pdf),
- Formatos de imagem (.gif, .jpg e .png),
- Formato para planos (.dxf e .dwg).

Qualquer documento que contenha um vírus de computador será arquivado com segurança e considerado como nunca recebido. O candidato em questão será informado. Nestas condições, os candidatos são aconselhados a submeter seus documentos a um antivírus antes do envio.

Cópia de segurança:

Os candidatos também podem enviar, dentro do prazo estipulado para a entrega dos pacotes, um DVD-Rom, pen drive) ou em papel. Esta cópia é enviada para o endereço abaixo, em envelope selado e comporta obrigatoriamente a menção: «cópia de segurança», a identificação do procedimento em causa e as coordenadas da empresa:

Departamento de Compras do Grupo (DAG)  
Procedimento nºVIL-2025-0312  
5 Rue Roland Barthes  
75012 Paris  
FRANÇA

Os documentos da cópia de segurança devem ser assinados (para os documentos cuja assinatura é obrigatória). Se o suporte físico escolhido for papel, a assinatura é manuscrita. Se o suporte físico escolhido for eletrônico, a assinatura será eletrônica.

Esta cópia de segurança poderá ser aberta nos casos descritos no artigo 2 II da portaria de 22 de março de 2019 que estabelece as modalidades de disponibilização dos documentos da consulta e da cópia de segurança.

Os pacotes que contenham a cópia de segurança, não abertos, serão destruídos no final do procedimento pela entidade adjudicante.

## 8. Informações adicionais

Para obter todas as informações adicionais relativas a esta consulta, os candidatos deverão enviar em tempo útil o seu pedido:

- De forma eletrônica, exclusivamente na plataforma de desmaterialização, no seguinte URL: <https://www.marches-publics.gouv.fr/>

Apenas os pedidos enviados pelo menos 6 dias antes da data limite de receção das propostas serão objecto de uma resposta por parte da entidade adjudicante.

Uma resposta será enviada, o mais tardar, 6 dias antes da data fixada para a recepção das ofertas aos candidatos que tenham carregado o dossiê de consulta na plataforma de desmaterialização após se terem identificado previamente

Para informações sobre a entrega de propostas desmaterializadas, consulte o artigo Condições de envio e *entrega das candidaturas e/ou ofertas do presente documento*.

## 9. Procedimentos de recurso

Esta decisão pode ser objeto de recurso perante o Tribunal Administrativo de Paris.

As vias e prazos dos recursos de que o candidato dispõe são:

- Recurso pré-contratual previsto nos artigos L. 551-1 a L. 551-12 e R. 551-1 a R. 551-6 do Código de Justiça Administrativa (CJA), podendo ser exercido antes da assinatura do contrato.
- Recurso contratual previsto nos artigos L. 551-13 a L. 551-23 e R. 551-7 a R. 551-10 do CJA, podendo ser exercido dentro dos prazos previstos no artigo R. 551-7 do CJA, após a assinatura do contrato.
- Recurso de plena jurisdição em contestação da validade do contrato, aberto a terceiros no prazo de 2 meses a contar da realização das medidas de publicidade adequadas.

# ANEXO: DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, abaixo assinado(a) .....

Agindo na qualidade de .....

Nome e endereço da empresa: .....

.....

## a) Declara sob a sua honra:

☐ ou ser o representante legal da empresa identificado nos documentos legais

☐ ou possuir uma autorização que o autorize a comprometer a empresa no âmbito da presente consulta (delegação de assinatura comunicada)

## b) declara sob a sua honra não estar sujeito a qualquer das exclusões previstas nos artigos L. 2141-1 a L. 2141-5 ou nos artigos L. 2141-7 a L. 2141-10 do Código de Contratação Pública.

*N.B. : Quando um operador económico é colocado, durante o processo de adjudicação de um contrato, em uma das situações de exclusão mencionadas nos artigos L. 2141-1 a L. 2141-5, nos artigos L. 2141-7 a L. 2141-10 ou nos artigos L. 2341-1 a L. 2341-3 do Código dos Contratos Públicos, Informa sem demora o comprador dessa mudança de situação.*

## Documentos de prova disponíveis on-line:

Endereço da Internet onde os documentos comprovativos e os meios de prova são acessíveis diretamente e gratuitamente, bem como todas as informações necessárias para o acesso:

- Endereço de internet: .....

- Informações necessárias para acessá-lo: .....

.....

**c) declara que não sou, e que nenhum dos membros do meu grupo, nem dos meus fornecedores, empreiteiros, consultores e subcontratados estão incluídos nas listas de sanções financeiras adotadas pelas Nações Unidas, a União Europeia e/ ou a França, nomeadamente no âmbito da luta contra o financiamento do terrorismo e contra os atentados à paz e à segurança internacionais, e me comprometo a informar sem demora a Agência de qualquer alteração da situação**

Feito em.....

O.....

Assinatura.....

.....

## 10. Anexo: Quadro de resposta imposto

As respostas do Prestador não devem exceder 25 páginas (**excluindo** anexos e CV).

As respostas devem respeitar o seguinte esquema:

### **A - Resumo da sua oferta**

- .A.1 - Compreensão das expectativas da AFD
- .A.2 - Resumo das etapas da sua intervenção
- A.3 - Calendário geral da missão

### **B - Pontos fortes e valor acrescentado da sua oferta para realizar esta missão**

### **C - Descrição detalhada da sua oferta**

- C.1 - Qualidade da metodologia
- C.2 - Qualidade dos perfis

### **D - Recomendações do prestador para a boa realização da missão**

### **E - Apresentação da equipe que intervirá sobre esta missão**

- .E.1 - Constituição da equipe e distribuição das responsabilidades entre seus membros
- E.2 - Currículos dos palestrantes (máximo de 3 páginas por palestrante)

### **F - Consideração RSE**

- .E.1 - Ação ambiental implementada para o desempenho de acordo com o contrato
- .E.2 - Ação social implementada para prestação de acordo com o contrato

## 11. Anexo: Requisitos para o certificado de assinatura

### Certificado de assinatura:

O certificado de assinatura do signatário deve estar em conformidade com o regulamento «eIDAS» ou equivalente e respeitar o nível de segurança exigido. O RGS (referencial geral de segurança) é substituído pelo regulamento «eIDAS» desde 1 de outubro de 2018.

No entanto, os candidatos que já possuam um certificado «RGS», este permanece utilizável até ao final do seu período de validade.

#### **- Caso 1: Certificado emitido por uma Autoridade de certificação «reconhecida» - Nenhuma prova a fornecer**

O certificado de assinatura é emitido por uma Autoridade de certificação mencionada na seguinte lista de confiança:

<https://www.ssi.gouv.fr/administration/visa-de-securite/>

Os candidatos europeus também encontrarão a lista completa dos prestadores na lista de confiança mantida pela Comissão Europeia:

<https://webgate.ec.europa.eu/tl-browser/#/tl/FR>

Neste caso, o proponente não tem que fornecer qualquer prova no certificado de assinatura usado para assinar sua resposta.

#### **- Caso 2: O certificado de assinatura eletrônica não está referenciado em uma lista confiável - Diferentes comprovativos a fornecer**

A plataforma de desmaterialização aceita todos os certificados de assinatura eletrônica que apresentam condições de segurança equivalentes às do Référentiel Geral de Segurança (RGS) e «eIDAS».

O candidato assegura-se por si mesmo que o certificado que utiliza é pelo menos conforme ao nível de segurança definido pelo Référentiel Geral de Segurança (RGS) ou «eIDAS», e fornece os justificativos na sua resposta eletrônica.

O candidato deve igualmente fornecer todos os elementos técnicos que permitam à entidade adjudicante assegurar a boa validade técnica do certificado utilizado.

Assim, o signatário deve transmitir com a sua resposta eletrônica os seguintes elementos:

a) qualquer elemento que permita verificar a qualidade e o nível de segurança do certificado de assinatura (prova da qualificação da Autoridade de certificação, política de certificação, endereço do site da referência da Autoridade de certificação),

b) as ferramentas técnicas de verificação do certificado (cadeia de certificação completa até a Autoridade de Certificação raiz, endereço de download da última atualização da lista de revogação de certificados).

Todos estes elementos devem ser de acesso e utilização gratuitos para o comprador, acompanhados, se for caso disso, de manuais claros.

Ferramenta de assinatura usada para assinar arquivos:

O regulamento permite que o proponente use a ferramenta de assinatura de sua escolha.

**- Caso 1: O licitante usa a ferramenta de assinatura da plataforma - Nenhuma evidência a ser fornecida**

A plataforma integra uma ferramenta de assinatura eletrônica, que produz Tokens de assinatura no formato regulamentar XAdES.

Neste caso, o proponente não tem que fornecer qualquer prova sobre as assinaturas eletrônicas transmitidas e a ferramenta de assinatura utilizada.

**- Caso 2: O proponente utiliza uma ferramenta de assinatura diferente da integrada à plataforma - Diferentes justificativos a fornecer**

Quando o candidato utiliza uma ferramenta de assinatura diferente da plataforma, ele deve cumprir as duas obrigações seguintes:

a) Produzir formatos de assinatura XAdES, CAdES ou PAdES.

b) Permitir a verificação, transmitindo em paralelo os elementos necessários para proceder à verificação da validade da assinatura e da integridade do documento, gratuitamente.

**ATENÇÃO:** Os candidatos devem ter em conta que a utilização de uma assinatura eletrónica não deve entrar em contradição com o artigo «Condições de envio e entrega das candidaturas e ofertas», parágrafos «Formatos de ficheiros aceites». Como tal, recomenda-se utilizar uma assinatura «separada» quando a ferramenta de assinatura o permite; para entregar um documento num formato aceite.

Todos estes elementos devem ser de acesso e utilização gratuitos para o comprador, acompanhados, se for caso disso, de manuais claros.